

PLANO LOCAL DE INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS DE ALMADA



PLANO LOCAL DE INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS DE ALMADA

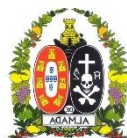
Entidade Financiadora



Entidade Promotora



Entidades Parceiras



Agrupamento de escolas
Miradouro de Alfazina



Associação Agarrar Exemplos

Associação ACEK

Índice

1. Enquadramento e Metodologia
2. Visão Estratégica Autárquica
3. Diagnóstico Local
 - 3.1. Retrato sociodemográfico de Almada
 - 3.2. Identificação dos problemas e necessidades, por áreas
 - Reforçar o conhecimento sobre as pessoas ciganas
 - Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação
 - Reforçar a intervenção em mediação cultural
 - Garantir condições efetivas de acesso à educação
 - Garantir condições para uma participação de pessoas ciganas no mercado de trabalho
 - Garantir condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação
 - Análise SWOT
4. Plano Local
 - 4.1. Dimensão Estratégica
 - 4.2. Dimensão Operacional
 - 4.3. Modelo de Monitorização e Avaliação
 - 4.4. Acompanhamento e Modelo de Governação
5. Referências Bibliográficas e Eletrónicas

1. Enquadramento e Metodologia

O I Plano Local para a Integração da Comunidade Cigana de Almada surge de um desafio colocado por parte do Alto Comissariado para as Migrações aos municípios portugueses no sentido da sua participação ao nível das políticas de apoio à integração das comunidades ciganas e decorre da Estratégia Nacional.

Face à pouca experiência que o município detinha de intervenção com as comunidades ciganas e também tendo em consideração que o município é também ele próprio um ator no sistema de ação foi opção metodológica mobilizar uma entidade externa com experiência anterior na dinamização de diagnósticos participativos, nomeadamente com comunidades ciganas, tendo-se convidado a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) para estar com a CMA a dinamizar o processo de construção do PLICC.

Perante o pouco tempo disponível para a construção deste plano, e tendo em conta que se pretendia que este processo fosse realizado com o envolvimento dos stakeholders, a equipa técnica do município, em conjunto a EAPN, identificou entidades e associações locais (que de alguma forma tivessem uma intervenção direta com as comunidades ciganas) e associações representativas de pessoas ciganas para formar um único grupo que seria o responsável pela construção do PLICC. Na impossibilidade de, num espaço de tempo tão curto, conseguirmos ouvir de uma forma extensiva as diversas comunidades de ciganos e ciganas existente em Almada e:

- existindo um número elevado de associações representativas das comunidades (4);
- detendo estas associações diferentes representações de género e faixas etárias (homens, mulheres e jovens),

optou-se pelo seu envolvimento nesta fase de construção, para conseguir chegar à voz das pessoas ciganas.

Assim sendo, participaram neste processo:

Associações da Comunidade Cigana (com dois representantes cada)

- Associação Agarrar Exemplos
- Associação ACEK
- Associação Costume Colossal
- Associação Kalé Heritage

IPSS e outras associações (com 1 representante cada)

- Santa Casa da Misericórdia de Almada com duas valências: equipa RSI e GIP

Administração Local e Central (com 1 representante cada)

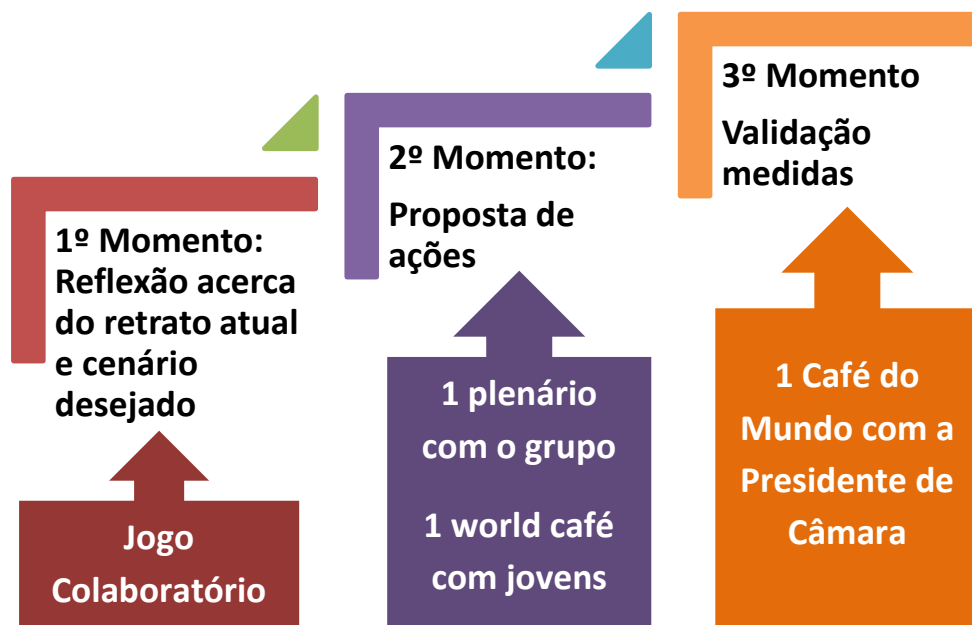
- Centro Qualifica da Escola Secundária Cacilhas Tejo

- Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina
- ACES Almada Seixal, através da Unidade de Cuidados na Comunidade de Almada
- Divisão de Habitação da Câmara Municipal de Almada

Neste sentido e de acordo com as diretrizes do Alto Comissariado para as Migrações, os **objetivos gerais** do processo de construção do PLICC foram:

1. A promoção da intervenção local e a participação democrática das comunidades ciganas, com um enfoque especial nos jovens e nas mulheres;
2. A aproximação entre as comunidades ciganas e a população em geral

No que diz respeito à metodologia de trabalho utilizada na construção do PLICC, e para além de toda a recolha de dados quantitativos através das diferentes fontes disponíveis, apostou-se num trabalho do tipo coletivo e colaborativo, a partir dos atores locais, juntando instituições e associações representativas da comunidade cigana, num formato de grupo e com objetivos concretos definidos para cada encontro.



a) Reflexão acerca do retrato atual e cenário desejado

Para este primeiro momento de reflexão tivémos duas metas principais:

- Ter um retrato do estado atual de integração das comunidades ciganas em Almada, do ponto de vista dos diferentes intervenientes;
- Ter uma visão do futuro, do cenário que os participantes gostariam de ter em Almada

Para concretizar estas metas utilizou-se uma metodologia de trabalho em grupo, tendo-se utilizado o Jogo “Colaboratórios” como instrumento base de gestão da dinâmica.

Este jogo tem sido desenvolvido no âmbito do GOVINT, no grupo de trabalho “Abordagens colaborativas e participação”. Este jogo foi concebido para inspirar a exploração de abordagens colaborativas em situações em que há um interesse partilhado.

O jogo é constituído por um “tabuleiro” base constituído por 6 arenas (contexto, forma, quadro de referência partilhado, proximidade afetiva, energia e materialidades) onde as abordagens colaborativas se podem desenvolver e ir ganhando expressão à medida que se aprofundam os seus processos; e por 22 cartas, correspondentes a dimensões que podem ser cruciais à compreensão, análise, montagem, monitorização ou avaliação de processos colaborativos: contexto, quadros de referência partilhados, proximidade afetiva, energia, materialidades, forma, catalisadores, recursos, quem, valores, propósitos, empatia, (des)conforto, (re)conforto, compromisso, ação, sistema de ação, (im)possibilidades, poder, tempo(s), confiança e esperança/acreditar.

Este jogo apresenta várias possibilidades de aplicação, sendo que adaptámos as regras aos objetivos da sessão e ao público que compunha o grupo. No caso concreto, foram apresentadas as arenas em grupo coletivo e de seguida o grupo foi dividido em dois sub-grupos. Cada sub grupo tinha um baralho de cartas disponível e jogava uma carta de cada vez, referindo o seu ponto de vista. De seguida dava a vez ao participante seguinte, que poderia jogar uma nova carta ou acrescentar algo aos comentários anteriores. Cada ideia foi registada num post it. O jogo foi jogado em dois cenários, o primeiro relativo ao estado atual de integração das comunidades ciganas e o segundo relativo ao cenário futuro desejado pelos participantes. Cada cenário teve um tempo limite de discussão (40m).



b) Proposta de ações

Depois do 1º momento de reflexão diagnóstica com o grupo, este segundo momento teve dois objetivos: apresentar os resultados dos trabalhos dos dois grupos, já analisados e conceptualizados e validar com todos a forma como os lados foram lidos pela equipa técnica da CMA e EAPN; iniciar a reflexão com o grupo das medidas a incluir no PLICC. Esta discussão foi realizada em formato plenário.



Para complementar a visão do grupo, optou-se por realizar uma sessão envolvendo jovens, aproveitando o facto de termos duas associações juvenis a participar no processo (Lifeshaker e Kalé Heritage). Com o apoio destas associações dinamizou-se uma tarde com jovens pertencentes a estas associações, ciganos e não ciganos, utilizando uma metodologia de world café. A partir dos dados obtidos no momento de diagnóstico foram priorizadas / identificadas 4 áreas para discussão: educação, emprego, discriminação e cultura. Para cada mesa, foi definida uma pergunta de partida:

Educação: Como garantir que jovens ciganos e ciganas acedem a níveis mais altos de escolaridade (ensino secundário / superior)?

Emprego: Que tipo de iniciativas devem ser desenvolvidas para aumentar a empregabilidade dos/das jovens ciganos e ciganas?

Cultura: Como poderemos aumentar a visibilidade da comunidade cigana?

Discriminação e estereótipos: Como minimizar os efeitos da discriminação sobre a comunidade cigana? O que pode a comunidade cigana fazer para facilitar a sua integração social?



Estiveram presentes 26 jovens, com idades compreendidas entre 13 e os 25 anos, 6 deles pertencentes à Associação Kalé Heritage e os restantes à Associação Lifeshaker. Todos os jovens encontram-se a estudar.

c) Validação das medidas

Face às propostas recolhidas nas duas sessões anteriores, a equipa técnica da EAPN e da CMA trabalhou os dados tendo por base as áreas e as ações previstas na ENICC, de forma a poderem posteriormente serem discutidas e validadas pelos parceiros.

Assim, esta 3ª sessão teve como objetivos:

- Validar com os parceiros as medidas a incluir no PLICC de Almada, com um horizonte temporal até 2020;
- priorizar áreas de intervenção e medidas
- apresentar o trabalho realizado à presidente de câmara e obter a sua validação política.

A metodologia utilizada foi mais uma vez a de world café, com uma primeira ronda por 3 mesas temáticas: Educação, Igualdade entre homens e mulheres e Discriminação, seguida de uma segunda ronda por outras três mesas temáticas: Emprego, Habitação e Saúde. Depois da discussão em grupo seguiu-se uma discussão em plenário, onde foram priorizadas as ações. Por motivos imprevistos a Sra. Presidente da Câmara não conseguiu estar presente, tendo no entanto a chefe da Divisão de Intervenção e Integração Social reiterado o compromisso político neste PLICC e a concretização posterior deste momento entre os parceiros e o executivo camarário.

2. Visão Estratégica Autárquica

1. Os Planos Locais de Integração das Comunidades Ciganas (PLICC) resultam do reconhecimento de que a integração se faz a nível local e surgem enquadradas pela Estratégia Nacional Integração Comunidades Ciganas (ENICC) 2013-2022 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro);

2. Incorporando estratégias de atuação, políticas locais e de gestão, os PLICC concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração das pessoas ciganas.

3. A criação dos PLICC é o reflexo de uma preocupação social atenta à diversidade da população portuguesa e, em simultâneo, o produto de um compromisso político local e central assumido que se alicerça numa intervenção social focada num grupo específico da população algumas vezes em situação de vulnerabilidade, implicando-o no processo de transformação.

4. O Município de Almada, enquanto território “de muitos” caracterizado pela diversidade étnica e cultural dos seus munícipes, orienta a sua ação pelos valores da igualdade e não-discriminação, assumindo o seu papel ativo na construção de políticas locais que promovam estes valores junto de todos, envolvendo os diferentes atores na construção de um município mais justo e mais coeso;

5. Neste sentido, a adesão ao processo de construção de um plano local de integração das comunidades ciganas surge como natural e essencial no propósito de trabalho com um grupo que enfrenta problemas de discriminação que devem ser combatidos, através de medidas de política central e local;

7. O conhecimento aprofundado da realidade do território possibilitou a identificação das principais necessidades e potencialidades, e viabilizou o desenho de respostas integradas e eficazes em matéria de apoio e integração, conducentes à definição de propostas de políticas locais mais inclusivas e ajustadas à situação das comunidades ciganas de Almada. Para isto foi essencial o recurso a estratégias e metodologias participativas que assegurassem o envolvimento e a capacitação das pessoas ciganas e uma atuação concertada, numa lógica de parceria, das diversas entidades existentes a nível nacional, regional e local, de onde se destacam em Almada:

ACES Almada Seixal, Rede Europeia Anti-Pobreza, Santa Casa da Misericórdia de Almada, Centro Qualifica da Escola Secundária Cacilhas Tejo, Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina, Associação Costume Colossal, Associação Agarrar Exemplos, Associação ACEK e Associação Kalé Heritage;

10. Os eixos e medidas do PLICC encontram-se assentes nos seguintes pressupostos de base: a interculturalidade e inclusão como paradigma do relacionamento do estado central e local com as comunidades ciganas, promovendo soluções que facilitem e induzam as relações interétnicas de proximidade afetiva e o reconhecimento da diversidade interna à etnia cigana, composta por comunidades ciganas na sua pluralidade;

11. As estratégias de intervenção definidas enquadram-se em quatro tipos: construção de relações e de proximidade afetiva; capacitar; apoiar maioritariamente as pessoas e famílias que querem mudar; criação de conhecimento sobre a situação e criar condições de monitorização;

12. O PLICC prevê tipologias de medidas distribuídas pelas seguintes áreas: cidadania inclusiva e de não discriminação, mediação intercultural, igualdade entre homens e mulheres, educação, emprego, habitação e saúde;

13. Para cada medida serão definidos objetivos específicos, metas, indicadores, entidades envolvidas e necessidades globais de financiamento.

14. A intervenção junto das comunidades ciganas encontra-se enquadrada no Plano de Desenvolvimento Social de Almada 2018-2021 no Eixo 3 (Direitos e Cidadania), na área dos Imigrantes, Minorias e Refugiados. Encontra-se previsto o objetivo estratégico 7.2 “Construir e desenvolver, com o envolvimento das associações representantes, uma estratégia de integração e promoção das comunidades ciganas residentes no concelho de Almada”. O resultado esperado até 2021 é “Promover a intervenção local e a participação democrática das comunidades ciganas e promover parcerias para desenvolver estratégias de aproximação entre as comunidades ciganas e a sociedade maioritária”;

15. Este Plano terá uma vigência de 2 anos.

16. No âmbito dos eixos e medidas definidos no Plano, a Câmara Municipal de Almada apresenta-se como um parceiro estratégico nomeadamente na mobilização dos parceiros e da sociedade civil para um envolvimento coletivo em processos do tipo colaborativo, para que se consigam alcançar as metas definidas.

Concretizando, o papel da CMA na concretização deste plano assumirá duas vertentes:

A. **Mobilizador** de atores e recursos para intervenção em determinados eixos que são da responsabilidade de outras entidades. Nesta vertente, em que a CMA intervém de forma mais indireta, estão previstos os seguintes objetivos operacionais:

- Formar profissionais de entidades com intervenção local acerca da história e cultura ciganas;
- Capacitar as associações representativas das pessoas ciganas (ARPC) (na vertente formativa);
- Promover a participação cívica, política e cultural e do voluntariado de jovens de etnia cigana;
- Capacitar ARPC e mediadoras/es em Igualdade entre Mulheres e Homens;
- Promover e reforçar a capacidade dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas para a integração e o sucesso educativo das crianças e jovens ciganas/os no ensino básico e secundário;
- Promover a integração e o sucesso de alunas/os ciganas/os;
- Reforçar as condições de acesso das pessoas ciganas ao emprego por conta de outrem;
- Reforçar as condições de acesso das pessoas ciganas ao autoemprego e empreendedorismo;
- Promover uma comunicação empática e relações de entendimento e conhecimento entre profissionais de saúde e as populações ciganas

B. **Executor** direto das medidas. Nesta vertente, em que o investimento da CMA é central para a concretização do objetivo, estão previstos os seguintes objetivos operacionais:

- Aumentar a visibilidade das comunidades ciganas nos meios de comunicação social; promover campanhas de natureza municipal que promovam o combate à discriminação;
- Capacitar as ARPC (na vertente de apoio ao movimento associativo local);
- Capacitar os serviços municipais, aumentando a oferta de atividades culturais inclusivas;
- Implementar a mediação intercultural no concelho de Almada;
- Incentivar e apoiar a participação na vida cívica e política de raparigas e mulheres ciganas;
- Promover a integração e o sucesso de alunas/os ciganas/os (na vertente de criação de bolsas municipais);
- Reforçar as condições de acesso das pessoas ciganas ao autoemprego e empreendedorismo (na vertente de dinamização de mercados)
- Melhorar as condições de habitação de pessoas e família ciganas.

3. Diagnóstico Local

A análise realizada neste capítulo tem como objetivo em primeiro lugar, apresentar as principais tendências locais no que diz respeito às comunidades ciganas residentes em Almada, numa visão longitudinal e comparativa com as dinâmicas globais quer do país, quer da área metropolitana de Lisboa. Para este efeito foram consultados os seguintes estudos diagnósticos “Estudo Nacional das Comunidades Ciganas” – (ACM 2014); “Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal – (IHRU 2013/2014); “Caracterização das Famílias Ciganas do Concelho de Almada - RSI e Acção Social” - (Janeiro/Fevereiro-2008); Levantamento da Divisão de Habitação da CMA (Abril de 2019).

Em segundo lugar pretende-se, a partir dos dados das sessões de construção do PLICC e de outra documentação estatística disponível caracterizar os problemas e necessidades das comunidades ciganas residentes em Almada nas diferentes áreas tal como se encontra previsto na ENICC.

3.1 Retrato sócio demográfico da comunidade cigana de Almada e enquadramento face à área Metropolitana de Lisboa

O concelho de Almada localiza-se na NUTS II – Área Metropolitana de Lisboa e na Península de Setúbal, com uma área total de 71 Km² e uma população residente de 174 030 indivíduos, no ano de 2011, 47,4% dos quais do sexo masculino e 52,6% do sexo feminino.

Atualmente o concelho é composto por 5 freguesias / Uniões de freguesia:

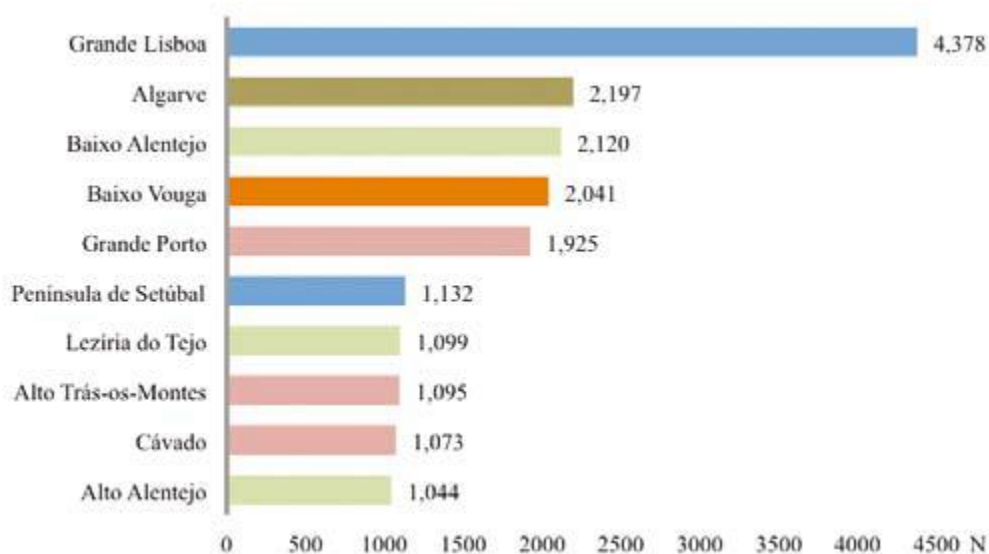
- União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas;
- Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda;
- União das Freguesias de Caparica e Trafaria;
- União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó;
- Junta de Freguesia da Costa de Caparica.

Os dados estatísticos relativos às comunidades ciganas são escassos e não estão sistematizados, nomeadamente a nível municipal. Alguns dos estudos que existem apresentam limitações, uma vez que se verifica uma percentagem elevada de não resposta dos municípios aos pedidos de dados efetuados pelas diversas entidades responsáveis pelos estudos (como é o caso do Estudo nacional e o levantamento do IHRU). Por isso, os dados apresentados deverão ser analisados em conjunto, de forma a chegar a um retrato aproximado da realidade.

Tendo por base o último Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas e o respetivo levantamento junto das Autarquias nacionais, no qual foram cobertos 150 Municípios (cerca de 50% dos municípios totais), apurou-se um total de 24 210 pessoas ciganas no total. De acordo com este mesmo estudo as autarquias respondentes identificaram em território nacional 822 “comunidades” e/ou núcleos residenciais de pessoas e famílias ciganas.

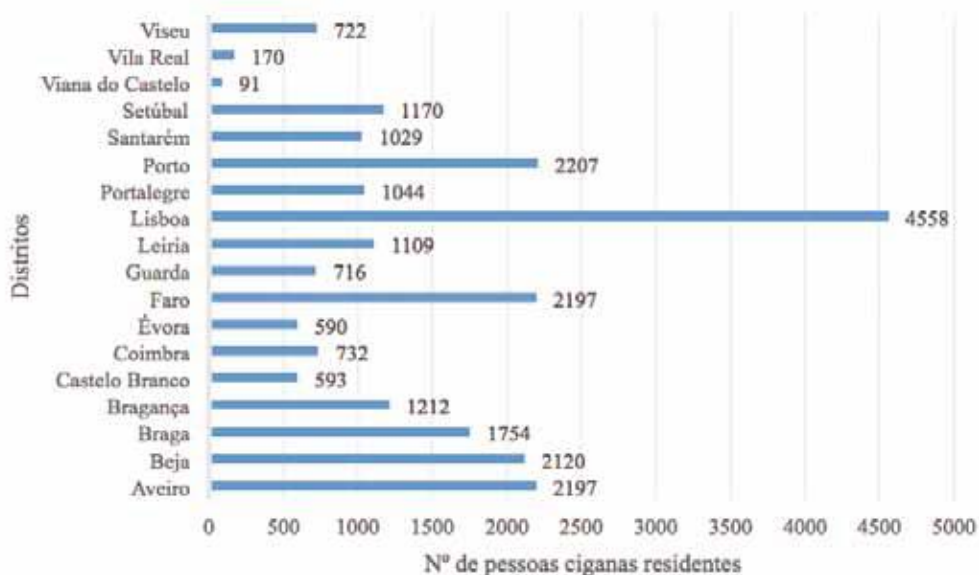
Ainda de acordo com este estudo, a zona da Península de Setúbal, onde se inclui o Concelho de Almada, terá uma população de 1132 pessoas ciganas, colocando-a em 6º lugar no que diz respeito a grandes grupos de concelhos.

População cigana por grupos de concelhos



Quando analisado por distrito, Setúbal apresenta uma população de 1170, ficando em 8º lugar nos distritos com mais pessoas ciganas residentes.

Nº de Pessoas por Distritos



Estes dados parecem-nos subvalorizar o número de pessoas ciganas do distrito (e, por conseguinte, no concelho), uma vez que existem outras fontes que apresentam dados diferentes, nomeadamente a “Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal”; “Caracterização das Famílias Ciganas do Concelho de Almada - RSI e Ação Social”; Levantamento da Divisão de Habitação da CMA.

Assim, de acordo com os dados apurados pelo Estudo de “Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal” realizado pelo IHRU, a estimativa calculada para o concelho de Almada apresenta 323 famílias ciganas a residir em habitação social, com um número aproximado de 1218 indivíduos, o que só por si já ultrapassa o total do valor estimado no Estudo Nacional para todo o Distrito de Setúbal. Se a este dado juntarmos os resultados obtidos pelo número de agregados familiares residentes em habitação social camarária - 127 agregados com um número aproximado de 503 indivíduos - facilmente concluímos que Almada apresenta uma comunidade cigana numerosa, não existindo, porém, dados precisos e atualizados relativos à sua dimensão e localização.

O último levantamento efetuado foi em **2008** e foi realizado no âmbito do Núcleo Local de Inserção no âmbito do qual foram contabilizados, no concelho de Almada, perto de 500 agregados familiares ciganos beneficiários de Rendimento Social de Inserção, com a seguinte distribuição por freguesias (anterior organização territorial):

TERRITÓRIO	Nº AGREGADOS
Laranjeiro	173
Pragal	130
Costa da Caparica	42
Trafaria	39
Monte Caparica	37
Almada	36
Feijó	24
Cova da Piedade	13
Sobreda	5
TOTAL	499

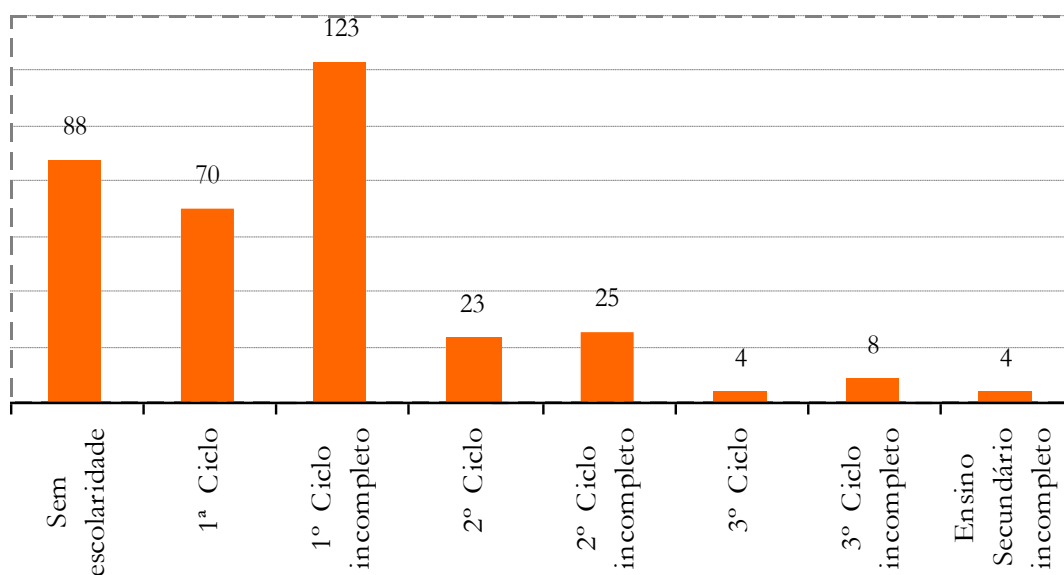
Se considerarmos 3,77 indivíduos por agregado, teremos aproximadamente 1881 pessoas beneficiárias desta medida, número que só por si é revelador da importância da dimensão da comunidade no Município.

Apesar destes dados não serem atuais, de acordo com o conhecimento que temos do terreno e daquilo que as organizações partilham sabemos que existe no concelho uma comunidade cigana muito significativa, espalhada pelas diferentes freguesias, mas com predominância no Laranjeiro, Pragal e Monte da Caparica. De salientar que a esmagadora maioria dos agregados identificados residem em habitação social pública.

No que concerne às principais problemáticas identificadas no estudo de 2008, **e em linha com os dados do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas** destacam-se as seguintes:

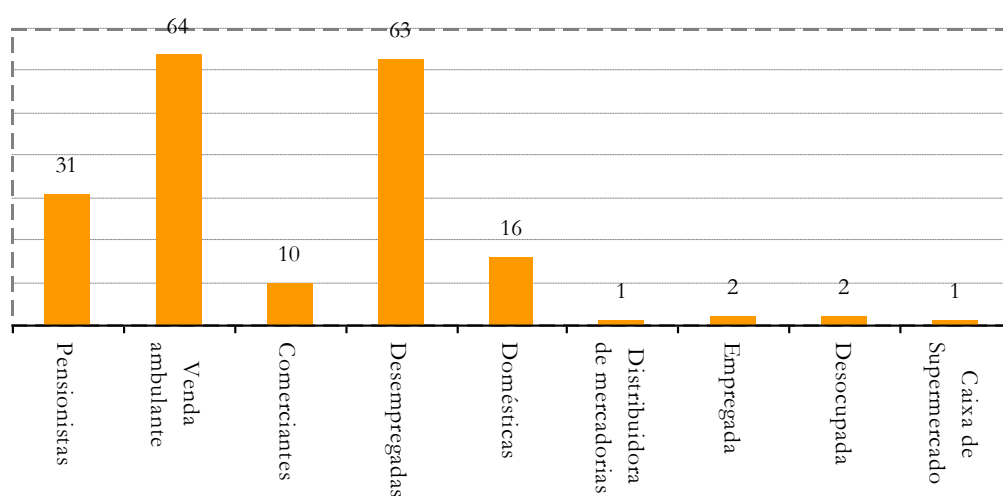
- A maioria dos beneficiários não tem o 1º ciclo completo (61%),

Caracterização segundo o grau de Escolaridade



- 63 dos 190 beneficiários encontram-se desempregados; (34%)

Cracterização segundo a Actividade profissional

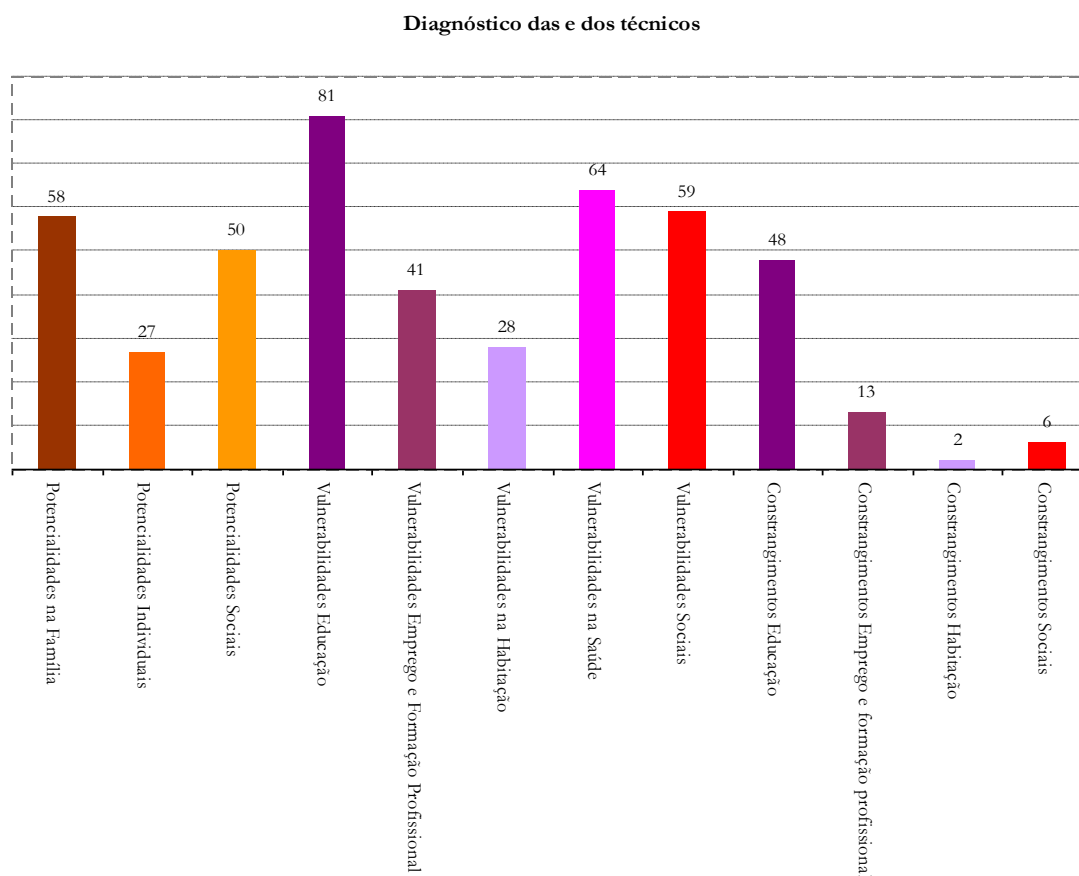


A população registada com actividade profissional, tem como maior prevalência, em termos de função, a venda ambulante (64 agregados); 10 agregados estão classificados como comerciantes, desempenhando os restantes actividades residuais, registando-se ainda 31 agregados como pensionistas. Estes valores ilustram bem a grande precariedade do emprego nesta comunidade.

Principais Vulnerabilidades identificadas:

- A “Educação e a sua valorização”
- O “acesso e a relação com a saúde”

- O acesso e as relações com a Habitação



De acordo com os dados obtidos pelo mais recente levantamento da Divisão de Habitação da Câmara Municipal de Almada, do total dos agregados familiares residentes em Habitação Pública Municipal (2332 famílias) só 127 (5,7%) pertencem à Comunidade Cigana. Encontram-se distribuídos com maior concentração nos territórios do Laranjeiro, onde residem 62 agregados (2,8%) e no Monte da Caparica, onde residem 39 agregados (1,75%), encontrando-se os restantes 26 agregados (1,2%) dispersos pelo concelho.

O último Estudo Nacional das Comunidades Ciganas possibilitou estabelecer, a nível nacional, diferenças consideráveis ao nível dos perfis identitários das diferentes comunidades. Foram definidos 3 Grupos distintos cada um com características marcantes e distintas dos demais a nível Nacional. Neste sentido a generalidade da comunidade residente em Almada reúne as seguintes características distintivas:

- Uma maior percentagem de indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos;
- Uma maior percentagem de indivíduos com escolaridade ao nível do 1º ciclo;
- Maior proporção de trabalhadores e 1/3 a fazer venda ambulante;
- Identifica-se como o grupo que estabelece maior rede de amizades mistas e com mais relações com não Ciganos;
- É o grupo com maior nº de votantes (maior grau de participação cívica);

- Têm como principal fonte de rendimento o RSI e outros subsídios, destacando-se, no entanto, os indivíduos que têm o trabalho como fonte de rendimento;
- Caracteriza-se por ser o grupo com maior participação associativa;
- grupo com o maior nº de pessoas que já se sentiram discriminadas (maior consciência social);
- Maior proporção de cônjuges não Ciganos;
- Grupo com maior capacidade de utilização de equipamentos domésticos e de serviços de comunicação;
- Grupo com mais filhos e netos na Escola;

As características enunciadas pelo referido Estudo permitem “classificar” o grupo residente em Almada como fazendo parte das “Comunidades Ciganas Urbanas” Nacionais. Os traços distintivos que caracterizam este grupo constituem importantes potencialidades ao nível do trabalho a desenvolver.

Estes dados são reforçados pelo último estudo realizado pelo Ministério da Educação relativos aos alunos ciganos matriculados nas escolas públicas por distrito, nível e modalidade de ensino no ano letivo 2016/2017. De acordo com o estudo “Perfil Escolar da Comunidade Cigana” podemos constatar que o Distrito de Setúbal (onde se inclui Almada) regista valores de alunos ciganos muito acima da generalidade dos restantes distritos nacionais, tal como se pode ver pelo quadro resumo (foram selecionados os 5 distritos com mais alunos):

Distrito	Pré-Primário	3º Ciclo	Tot. Básico	Tot. Secundário	Ensino Doméstico	Tot. Matric.
Lisboa	294	148	1962	10	33	2266
Porto	165	144	1110	8	5	1283
Setúbal	166	104	1101	9	15	1276
Beja	176	53	798	6	-	980
Aveiro	169	128	731	23	7	923

O distrito de Setúbal só é ultrapassado por Lisboa e Porto no total de alunos matriculados, apresentando o 4º maior número de alunos inscritos, a nível nacional, no Pré-Primário e no 3º Ciclo. Regista ainda o 3º maior número de alunos matriculados no Ensino Secundário e é, ainda, o segundo distrito com maior número de alunos inscritos em Ensino Doméstico.

Estes valores constituem mais uma das já referidas características das “Comunidades Ciganas Urbanas” Nacionais e constitui uma forte potencialidade para a execução do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas de Almada.

3.2 Identificação dos problemas e necessidades específicos das comunidades ciganas, em função dos objetivos estratégicos da ENICC

A construção coletiva do diagnóstico referente ao estado da integração das comunidades ciganas em Almada foi um processo atravessado por diversas tensões, decorrentes da complexidade de dimensões que se cruzam e do facto de termos em presença simultânea atores de natureza muito diversa, com níveis de poder distintos.

Os discursos e as narrativas produzidas não podem, pois, ser retiradas do contexto em que foram produzidos, nomeadamente no que diz respeito às associações da comunidade cigana, que estavam num espaço político frequentemente inacessível e que foi privilegiado para a sua tomada de posição estratégica local.

Destas tensões destacam-se:

- discriminação vs. discurso de vitimização

A questão da discriminação e, associada a ela, o preconceito existente na sociedade relativamente às pessoas de etnia cigana constitui, para as comunidades ciganas, o maior obstáculo para a sua integração. Ficou bem patente durante todas as sessões realizadas no âmbito da construção do PLICC que o preconceito existe em todos os setores da sociedade e que as situações de discriminação são vividas diariamente pelas pessoas ciganas, impossibilitando-as de aceder a direitos básicos e a realizarem-se enquanto pessoas. Estamos a falar fundamentalmente da educação, do emprego, da habitação, da participação cívica.

Esta realidade vivida e partilhada pela comunidade cigana é entendida pelos técnicos das organizações locais como um discurso permanente de vitimização da comunidade cigana junto das entidades, e que não existe um entendimento claro da mesma relativamente à dimensão dos direitos vs. deveres.

Esta situação conduz a um quadro generalizado de ausência de relação de confiança entre a sociedade maioritária e as comunidades ciganas.

- A comunidade cigana vs. Alguns elementos comunidade cigana

Ficou bem patente nas sessões que existe uma necessidade atual dentro da comunidade cigana na distinção dos seus elementos. Ou seja, numa época em que assistimos a mudanças dentro da comunidade, iniciadas pelas próprias pessoas ciganas, elas exigem que se tenha em consideração a grande diversidade existente dentro das comunidades e não se tome as partes como um todo, generalizando situações que podem ainda persistir. Verifica-se uma exigência de rigor na linguagem utilizada, uma vez que essa linguagem é o veículo de transmissão deste movimento de mudança a ser operado a partir de elementos da comunidade cigana. Este aspeto é muito importante para as pessoas ciganas, uma vez que, na sua opinião, será a partir da aposta e da visibilidade destes elementos que se produzirá um efeito mancha sobre a restante comunidade.

O que acontece é que estes modelos de mudança ainda não chegaram às entidades locais, que trabalham diariamente com uma fatia grande da comunidade que ainda permanece mergulhada em dificuldades, sem acesso a educação que a possa colocar noutra posição de poder. Por isso, a realidade que as associações ciganas partilharam não se reflete na realidade que as entidades encontram no dia a dia. Neste sentido, verificou-se aqui um claro fosso entre as visões de “uns” e “outros”. As entidades não se reviram no discurso das associações ciganas.

Tendo como base estas tensões, que estiveram presentes em todos os momentos, identificam-se de seguida áreas problema no que diz respeito à integração das comunidades ciganas:

1. Quadro de discriminação generalizada face às pessoas ciganas

Verifica-se na sociedade portuguesa uma situação de discriminação face às pessoas ciganas transversal a todos os setores e que é vivido quotidianamente por estas pessoas e as impede de aceder a um conjunto de direitos básicos.

Esta situação de discriminação é causada pela existência de um preconceito generalizado face à pessoa cigana. Este preconceito, que pode tomar a forma de crenças ou códigos, é identificado tanto por parte da comunidade maioritária como pela comunidade cigana e gera uma condição de desconfiança mútua que contamina todas os contactos e relações que se estabelecem.

O quadro de referência partilhado em toda a sociedade baseia-se em preconceitos.

Há desconfiança dos dois lados, não se acredita. O paradigma das relações entre pessoas não-ciganas e pessoas ciganas e entre as instituições/organizações e as pessoas ciganas é a desconfiança. Vivemos de costas voltadas.

Existe uma **situação de discriminação transversal** a toda a sociedade portuguesa relativamente aos ciganos. Não há confiança.

Este preconceito é utilizado pela sociedade maioritária e pela comunidade cigana para as guiarem nas interações sociais e a tendência acaba por ser a de agregar (generalizar) todas as pessoas pertencentes a um grupo com as mesmas características, neste caso, preconceitos, ideias, crenças, etc. Este é um dos aspetos, tal como foi referido anteriormente, que as comunidades ciganas tentam combater atualmente.

Cada pessoa cigana é invisível, não é tratada pelo seu nome. É anulada na categoria (molho) preconceituosa da categoria Cigano.

As instituições têm incompreensão de determinadas atitudes culturais que as pessoas ciganas apresentam.

Mesmo quando estamos perante situações ou episódios em que parece existir algum contexto de equidade, é sempre numa relação de desigualdade de poder e, portanto, permanece sempre uma posição paternalista da sociedade maioritária relativamente às pessoas ciganas. Como exemplo desta desigualdade as associações ciganas partilham o caso da sua participação em projetos direcionados para as pessoas ciganas e à sua (não) consideração enquanto parceiros formais dos projetos e não apenas como recetores de iniciativas.

A desconfiança quando desconstruída é somente por camadas, reaparece sempre na camada seguinte gerando receios/desconfiança sobre a sustentabilidade das relações de igualdade atingidas.

Quando a confiança parece atingida surgem **formas de racismo sofisticado**.

Também da parte das comunidades ciganas existiu nas sessões alguma auto-reflexão relativamente à sua implicação na forma como as relações com a comunidade maioritária são estabelecidas.

Mas a comunidade e pessoas ciganas também têm responsabilidades na situação existente.

Atualmente é difícil também por causa dos próprios ciganos, também somos (ciganos) um bocadinho culpados.

As pessoas são racistas mas nós (ciganos) também somos racistas (exemplo não querer casamentos interétnico, ter a ideia de querer continuar com a pureza da etnia cigana).

As pessoas têm de nos ver de outra forma, mas para combater os estereótipos também há que ter exemplos do lado das pessoas ciganas.

Um aspeto identificado por entidades que trabalham com as pessoas ciganas no âmbito das medidas de apoio social é de que existe da parte das pessoas acompanhadas uma ausência de pensamento acerca de possibilidades e alternativas no que diz respeito ao seu futuro. De alguma forma, a cultura e modos de vida das pessoas ciganas limitam os caminhos possíveis a seguir, no âmbito de medidas que pressupõem a assinatura de um contrato social em que existem metas de mudança a ser cumpridas.

As próprias **pessoas ciganas** não vêm muitas alternativas no seu percurso de vida, **não acreditam numa mudança**.

Existe da parte da comunidade cigana o assumir da complexidade da sua cultura, mas mais no sentido das diferentes manifestações e interpretações que existem, porque verdadeiramente existem apenas 3 aspetos que são comuns a todos: o casamento, as leis e o luto.

A cultura cigana é complexa, pode ser difícil de entender por outros os códigos e regras.

Apesar disto, algumas tradições permanecem em algumas comunidades e acabam por funcionar como obstáculos à sua integração, nomeadamente no que diz respeito à educação. O acesso à educação constitui na atualidade também o maior impedimento para uma mudança dentro das comunidades ciganas.

Alguns valores culturais das comunidades ciganas acabam por ser **um obstáculo à integração das comunidades ciganas** (Por exemplo o obstáculo ao direito à educação das meninas).

O facto de existir uma infância muito curta (12/13 anos), e um tempo adulto precoce, dificulta os tempos necessários para que as mudanças se produzam numa geração quebrando o ciclo de reprodução da situação de discriminação (Exemplo: existe um tempo necessário para se qualificar e ter estudos de nível médio ou superior).

Face ao quadro generalizado de preconceito e de conseqüente discriminação verifica-se que existe da parte de algumas pessoas ciganas uma interpretação de todas as exigências da sociedade maioritária como dirigidas em exclusivo para a comunidade cigana, sendo este comportamento entendido pela sociedade maioritária como um discurso de vitimização e como parte de uma estratégia mais alargada de não adesão (não cumprimento da dimensão dos deveres).

Apetência de algumas famílias ciganas para recorrer à vitimização, protegendo-se de assumir as suas responsabilidades sob a capa de ser uma perseguição (Exemplo: a escola só me chamou para inscrever as crianças porque sou cigano, se fosse já não chamavam).

Falta de compreensão da dimensão dos direitos e deveres, enquanto cidadão e cidadã portuguesa, em resultado da falta de qualificações e pobreza.

É consensual que estamos perante um processo em que todos têm de fazer movimentos de mudança tendo em vista o combate dos estereótipos e por esta via o fim das discriminações que ainda persistem enraizadas na nossa sociedade.

A transformação das impossibilidades em possibilidades tem de ser **trabalhada de ambas as partes**.

2. A perspetiva de quem está nas entidades vs. os “destinatários”

Do lado das entidades existe uma perceção generalizada acerca da comunidade cigana e que a engloba no grupo das pessoas pobres, iletradas ou com baixa escolaridade e que não deseja a integração.

De facto, e como já foi referido anteriormente, 97% das famílias ciganas estão abaixo do limiar da pobreza e essa condição aliada a um quadro de discriminação profundo coloca-as numa situação de particular vulnerabilidade e de não acesso a dimensões que as poderiam retirar dessa condição, como sejam o trabalho.

Por outro lado, os 3% das famílias ciganas que não se encontram abaixo do limiar da pobreza são invisíveis para as instituições, ou invisibilizados pelos preconceitos existentes. Mas são também invisíveis para os 97% de famílias ciganas abaixo do limiar da pobreza. O problema da posterior (possível) discriminação destas pessoas reforça esta invisibilidade, conduzindo a um sentimento e necessidade de proteção dentro da comunidade.

As entidades referem **muitas dificuldades em trabalhar com estas comunidades** e em lidar com os conflitos existentes entre famílias. Foi referido pelas associações de que dentro da comunidade existe um início de trabalho nomeadamente com jovens no sentido de combater estes conflitos (“andar para a frente”) e foi referido o papel importante das Igrejas Evangélicas neste âmbito.

Foi também partilhada a dificuldade de entendimento relativamente às respostas que as entidades dão: verifica-se frequentemente que os tempos dos serviços são diferentes dos tempos das pessoas, das suas necessidades, existindo de parte a parte dificuldade de entendimento relativamente a estes tempos. Foi reforçada a necessidade de haver uma maior partilha dos valores entre todos – os serviços entenderem as lógicas e tempos das pessoas / as pessoas entenderem o modo de funcionamento e limitações dos serviços.

No âmbito das sessões de construção do PLICC foram partilhadas por todos os intervenientes diversos problemas e necessidades que a comunidade cigana enfrenta e que advêm como consequências do cenário de discriminação generalizado que enfrentam. Muitos destes problemas e necessidades foram já elencados na primeira parte do diagnóstico. Destacam-se neste ponto algumas perceções e sentimentos dos atores presentes, complementadas com a identificação dos recursos e projetos locais e que são essenciais para pensar posteriormente as estratégias locais.

Reforçar o conhecimento sobre as pessoas ciganas

Em Almada a intervenção com as comunidades ciganas teve o seu início associado a duas medidas de política central:

- O Programa Especial de Realojamento, implementado pelo Município de Almada, no âmbito do qual se procederam a processos de realojamento de famílias ciganas que residiam em bairros de barracas;
- À aplicação da medida Rendimento Social de Inserção (nesta fase ainda RMG), implementada por diversas entidades locais.

Foi no âmbito desta última medida que ocorreu a produção de mais conhecimento sobre as comunidades ciganas de Almada uma vez que as instituições se depararam com inúmeras dificuldades, fruto do desconhecimento evidente que tinham sobre estas comunidades e da necessidade de responder a exigências da aplicação de uma medida que encontrava muitos obstáculos na sua aplicação.

Em 1998 é realizada uma primeira abordagem ao conhecimento dos modos de vida das comunidades ciganas pela ASDL – Associação de Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro, uma vez que esta entidade se deparou na sua área de intervenção com um bairro novo criado no âmbito do PER no qual foram realojadas muitas famílias ciganas (Bairro de Santo António). No IV Encontro Nacional do Projeto Nómada, que ocorreu em Junho de 1998 em Setúbal, a ASDL apresentou uma reflexão acerca das crianças ciganas e da relação com a escola denominada “Quando toda a família vem à escola”, no âmbito da qual foram apresentadas as dificuldades das escolas em receber as crianças e adultos ciganos, que pela aplicação da medida RSI tiveram que frequentar.

Será interessante verificar que já nesta altura já se refletia acerca da questão da criação de relações e da forma como o acolhimento e a empatia e o afeto são fundamentais nos processos de integração:

“Dadas as características de liberdade em que estas crianças são educadas, sem que seja falta de controlo, gerou-se uma aparente confusão (mexer em tudo o que havia na sala, sentá-las em cima da mesa, deixá-las chorar e gritar, chamarem-se à distância como se estivessem no bairro, etc.). Perante isto tivemos que tomar uma atitude (...) houve necessidade de arranjar alguém que numa sala contígua que tomasse conta das crianças (...) não tendo resultado, uma das ciganas mais nova prontificou-se a ajudar e ficava ela com as crianças. Numa aparente desorganização, continuámos a trabalhar”

Relato de um formador de ensino recorrente em 1998

Ainda neste encontro foram apresentados dados de diagnóstico relativos às comunidades ciganas residentes na zona do bairro PIA – Plano Integrado de Almada – no Monte da Caparica por parte da Santa Casa da Misericórdia de Almada:

- Nº de agregados familiares: 90, representando cerca de 2,5% da população do bairro;
- Pirâmide etária jovem, situando-se a média de idades na casa dos 25 anos;

- Percentagem de homens 51,1% e de mulheres 48,9%.

- população cigana nas escolas do 1º Ciclo desta zona: numa população escolar de 470 alunos, existem 30 crianças de etnia cigana (6,4%).

Principais problemas identificados: analfabetismo ou baixa escolaridade, nomeadamente nas mulheres; insucesso escolar nas crianças e jovens, percentagem elevada de abandono escolar, insuficiência de rendimentos, más condições habitacionais devido a sobreocupação, percentagem elevada de pessoas com dependências.

Em 2000 a Santa Casa da Misericórdia de Almada organizou um seminário denominado “Conhecimento e Intervenção com Comunidade Cigana” com o objetivo de refletir e produzir conhecimento sobre as comunidades ciganas de Almada mas também para a partilha de boas práticas. Neste seminário foi apresentado um diagnóstico relativo à comunidade cigana residente no Monte da Caparica, tendo sido aplicados questionários aos agregados familiares e realizadas entrevistas. Estamos a falar de uma área com cerca de 15 000 habitantes.

Foram contabilizados 50 agregados familiares, 82 núcleos familiares num total 270 pessoas, que residem nomeadamente no Bairro Amarelo e no Bairro Rosa. A população é bastante jovem, com uma média etária de 25 anos, sendo que apenas 3,7% da população tem mais de 60 anos. No que diz respeito às habilitações, verifica-se que quase 60% apresenta uma escolaridade até ao 3º ano e 23% é analfabeta. Será importante ainda destacar que é no sexo masculino que se situa o maior número de pessoas com o 3º ou 4º ano. A entrada no mundo de trabalho dá-se precocemente: 50% dos inquiridos começou a trabalhar antes dos 16 anos. A ocupação profissional dominante era a venda ambulante, sendo que para 36% dos agregados esta era a única fonte de rendimento, 18% vivia dependente de prestações sociais.

Os agregados têm uma dimensão média de 5 elementos. Vivem em Almada há mais de 10 anos, tendo a sua origem maioritariamente em Lisboa e Vale do Tejo existindo, no entanto agregados provenientes do distrito de Faro, e da região Centro e Sul.

Nesta altura já as condições habitacionais tinham melhorado significativamente, depois do seu realojamento. Os principais problemas registam-se na sobreocupação. Nos inquéritos aplicados as pessoas ciganas partilharam uma opinião positiva do bairro onde residem e fazem uma avaliação positiva das relações de vizinhança.

No que diz respeito à identificação das necessidades, já nesta fase o problema da escassez dos mercados e locais para a venda ambulante se tornava um problema por isso a maior aspiração destas pessoas era a existência de um mercado no monte da Caparica.

Neste diagnóstico, para além dos dados quantitativos, são apontadas pistas no que diz respeito a tendências futuras e análise de outras dimensões mais qualitativas:

- “No dia-a-dia já se verificam algumas mudanças, principalmente entre as gerações mais novas e entre sexos. A mulher cigana frequenta a escola, participa mais nas atividades para eles direcionadas, é quem mais recorre aos serviços sociais. É também ela que identifica mais acentuadamente o que culturalmente não lhe é permitido fazer, desde o trabalhar fora de casa e do bairro, até ao modo de vestir e participar de momentos de convívio não ciganos”

- “Os jovens nasceram e foram socializados no quadro da sociedade dominante onde sofreram a influência de contextos como a escola, os media, a cidade ou das redes de sociabilidade juvenis. E por maior que seja a importância da família e por mais que ela constitua um espaço fechado de reprodução da cultura de origem, já se verificam atualmente alterações no modo de vida do cigano e a sua ligação à toxicodependência e ao tráfico, práticas que até há uns anos atrás eram difíceis de conceber que fossem adotadas por esta comunidade”¹

Ainda neste diagnóstico é realizada uma reflexão acerca da adequabilidade e articulação das respostas e das metodologias das organizações no acompanhamento das famílias ciganas e dos resultados que se obtêm:

- “elaboramos planos de inserção que passam pela legalização da atividade da venda mas em contrapartida não lhes disponibilizamos lugares no mercado (...)”

- “propomos formações como por exemplo a cestaria onde a sustentação da atividade parece frágil. No fundo não ouvimos as pessoas para quem trabalhamos e com quem devíamos trabalhar”

Em 2008 a equipa do NLI de Almada convidou a Dra. Mirna Montenegro para fazer umas sessões com os técnicos de acompanhamento do RSI com o objetivo de melhor entender e intervir com as comunidades ciganas, tendo por base algumas questões suscitadas em reuniões de apresentação e aprovação de Planos de Inserção. No âmbito destas sessões foi realizada uma nova recolha de dados sobre as famílias ciganas enquadradas na medida RSI, de forma a atualizar o diagnóstico existente.

Os resultados desta reflexão e os dados de diagnóstico foram partilhados com a Rede Social e outros agentes numa Jornada realizada em Maio de 2008 denominada “Intervenção com a Comunidade Cigana – perspetivas e desafios”, que teve os seguintes objetivos:

- Partilhar práticas e realidades locais, ao nível dos problemas, metodologias, potencialidades e constrangimentos do trabalho com Comunidade Cigana.
- Conhecer outras experiências e recursos.
- Promover intervenções locais sustentadas.

Os dados recolhidos de diagnóstico foram já apresentados no ponto anterior deste documento, uma vez que constituem os últimos dados recolhidos sobre as comunidades ciganas residentes em Almada, beneficiárias de RSI.

Deste encontro saíram algumas conclusões, que mantêm a sua atualidade e que não podem deixar de ser consideradas no desenho futuro da intervenção local nesta área:

1. O retrato” sócio-económico das famílias ciganas abrangidas pelos RMG/RSI mantém-se, no essencial, inalterado desde o último diagnóstico. Isto é, a problemática diagnosticada em 1995/96 continua a persistir. Neste sentido e de forma a perceber melhor o impacto das políticas sociais, seria importante que estes diagnósticos incluam uma análise dos impactos havidos a nível da memória afetiva das pessoas ciganas apoiadas e envolvidas

¹ Diagnóstico Social da Comunidade Cigana residente no PIA, 2000, SCMA.

- em programas de intervenção e animação comunitária. Ou seja, existindo inúmeras estratégias e metodologias de intervenção que têm a participação ativa dos “utentes” e que, nomeadamente, a nível sócio emocional tiveram resultados positivos, fica por saber qual o impacto tido nessas vivências interculturais feita há mais de 10 anos atrás na memória individual e coletiva das pessoas. Ou seja, se a nível dos números não se conseguem ver alterações substanciais, será que a nível dos comportamentos sócio emocionais e afetivos se conseguem registar mudanças?
2. Será importante contemplar a vertente participativa nos projetos a desenvolver. Ou seja, contar, desde a fase da conceção, com os destinatários das intervenções preconizadas na coresponsabilização das ações a implementar, da metodologia a utilizar e das estratégias a empregar. E, porque não, à semelhança da implementação de um “orçamento participado” implementar um “projeto participado”;
 3. Estabelecer uma metodologia de intervenção assente na construção de uma rede de parcerias locais (e/ou nacionais) articulando serviços públicos e privados, ONG’s, IPSS’s, autarquias;
 4. Rentabilizar recursos endógenos e saberes contextualizados, por vezes muito mais eficientes e eficazes que especialistas exógenos. Raramente se investe nas pessoas da comunidade que também manifestam essa característica, tais como os líderes locais, os mediadores locais de conflito, os técnicos que conseguiram construir uma relação de confiança com as comunidades ciganas. O exemplo da Misericórdia de Almada em agregar (assalariando) nos seus quadros profissionais, pessoas de etnia cigana é um paradigma a seguir.
 5. Assegurar um acompanhamento de retaguarda aos técnicos e profissionais que trabalham diretamente com as comunidades ciganas, para colmatar e atenuar o sentimento de impotência e de desânimo que os assola perante as incongruências do sistema (o tempo técnico versus o tempo do processo de mudança das pessoas; o tempo dos serviços versus o tempo que as pessoas e projetos precisam para criarem dinâmicas sociais empoderadoras e empreendedoras) e as incoerências das comunidades ciganas (cultura ciganas – luto, contrários, papel da mulher, etc..). Este processo de acompanhamento numa primeira fase poderia servir de catarse e numa segunda fase de articulação e rentabilização de energias e sinergias, a que Mirna Montenegro chama de ECOFORMAÇÃO (formação em contexto de trabalho, formação em situação, recorrendo à endogenia dos saberes construídos).

Depois destas jornadas os últimos 10 anos foram de estagnação no que diz respeito à produção de conhecimento ou reflexão acerca das comunidades ciganas. O conhecimento local encontra-se muito espartilhado, no sentido em que cada entidade terá o conhecimento relativo à sua área específica (cada escola conhece “os seus” alunos e famílias, a divisão de habitação conhece “os seus” inquilinos, a ipss conhece “os seus” beneficiários de rsi...). Ou seja, não existe nenhuma sistematização coletiva ou tentativa de recolha sistemática de dados que permitam conhecer um pouco melhor estas comunidades, como se fez anteriormente.

Os vários diagnósticos sociais elaborados em Almada não contêm informação respeitante às comunidades ciganas, nem esta foi considerada como uma área de intervenção por parte do município ou rede social. Para o estudo realizado pelo IHRU acerca das condições habitacionais

das comunidades ciganas residentes em Portugal², Almada não contribuiu com dados, tendo no entanto respondido ao questionário que foi enviado aos Municípios no âmbito do último estudo nacional sobre as comunidades ciganas³.

Esta será, portanto, uma área onde será necessário investir localmente para que o município obtenha informação útil para delinear futuras estratégias locais de intervenção.

Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação

Tal como referido anteriormente, as questões do preconceito e discriminação foram consideradas as mais graves enquanto obstáculo à inclusão das comunidades ciganas.

Em Almada o investimento principal junto destas comunidades está incluído no investimento da autarquia no acesso a uma habitação condigna às famílias/pessoas em situação de fragilidade. Decorrente disto, o investimento do município na criação de relações interétnicas e de proximidade e de combate à discriminação têm sido muito esporádicas, cabendo às entidades locais a iniciativa do desenvolvimento de alguns projetos.

A este título será de assinalar em 2018, a realização da Exposição Fotográfica *Singular do Plural* promovida no âmbito da 8ª edição do Mês da Fotografia ImaginArte Almada (promovida em parceria pela CMA, ImaginArte Almada e EAPN).



20 promissões.
20 pessoas.
20 ciganos e ciganas.

Para quê?
Para desmistificar um plural -"os ciganos"-, supostamente representativo de uma entidade coletiva apenas imaginária, e quase sempre negativa, que procura classificar o todo ignorando as partes.

E, maioritariamente, responsável pela manutenção de estereótipos negativos que alimentam a discriminação social e as suas maléficas consequências.

"Singular do Plural" da autoria de Maria José Vicente (textos) e Sérgio Aires (fotografias) insere-se na campanha nacional da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza, "A Discriminação é Falta de Educação", lançada em abril

Município de Almada, o ImaginArte Almada em parceria com a EAPN Portugal/ Rede Europeia Anti-Pobreza, têm o prazer de convidar V. Ex^{as} para a inauguração da Exposição da autoria de Maria José Vicente (textos) e Sérgio Aires (fotografias), inserida na iniciativa "Singular do Plural", a realizar no dia 16 de novembro de 2018, pelas 16h00.

ImaginArte Almada

Será ainda de destacar a Associação Lifeshaker, que com dois projetos aprovados no âmbito do FAPE em 2015 e 2016 – o projeto SIM! e ROMA+ - desenvolveram ações tendo em vista a quebra de preconceitos. No projeto SIM! foi construída a campanha "Corta o preconceito", que pretendeu ser um contributo partilhado e coletivo para a desconstrução de estereótipos com forte enraizamento histórico e cultural na nossa sociedade.

² Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal, IHRU

³ Mendes, M., Magano, O. & Candeias, P. (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*. Lisboa: Observatório das Comunidades Ciganas.



No projeto “ROMA +” foi privilegiada a intervenção na dimensão de capacitação junto dos jovens ciganos e da sua vertente associativa (com a associação Kalé Heritage), tendo os mesmos a oportunidade de participar no processo de construção de um pacto para a juventude ibero-americano.

Estes projetos têm tido um impacto muito positivo junto da comunidade juvenil no Monte da Caparica, nomeadamente nas comunidades ciganas, na criação de relações com os jovens da comunidade maioritária mas também no surgimento de jovens ciganos com outras aspirações, nomeadamente no que diz respeito à continuação dos estudos.

Existe aqui um potencial que deverá ser canalizado para todo o concelho.

Têm-se realizado igualmente outras atividades e iniciativas promovidas nomeadamente pelas Associações Representativas de Pessoas Ciganas. Em Almada existem atualmente 4 Associações Representativas das Pessoas Ciganas (ARPC). Em Almada existem atualmente 4 associações representativas das comunidades ciganas:

Nome	Sede	Ano criação e Objetivos	Iniciativas já desenvolvidas
ACEK Associação Cultural da Etnia Cigana	Monte da Caparica	2017 Promoção de eventos culturais, desportivos e recreativos envolvendo as comunidades ciganas	
Agarrar Exemplos Associação de Desenvolvimento e Promoção das Comunidades Ciganas	Feijó	2018	Candidatura ao PAAC 2019 aprovada com o projeto “Mais informação, melhor integração”

Nome	Sede	Ano criação e Objetivos	Iniciativas já desenvolvidas
Costume Colossal Associação para a Integração das Comunidades Ciganas	Feijó	2019 Defender os direitos ciganos, promover a cultura cigana, a igualdade de género, a educação, a formação profissional, a empregabilidade e a mediação intercultural nas comunidades ciganas	Participação na audição da assembleia da república às comunidades ciganas Ações de sensibilização sobre história cigana nas escolas
Kalé Heritage	Monte da Caparica	2014	Associação registada no Registo Nacional do Associativismo Jovem Campanhas contra discriminação Várias atividades do IPDJ

Adicionalmente as IPSS e Serviços Públicos locais no âmbito das suas atividades e intervenção têm uma larga experiência de trabalho com as populações de etnia cigana importando, no âmbito deste plano, promover a partilha de preocupações e motivações para a criação de soluções colaborativas. Importa também promover a deteção, partilha e visibilidade das diferentes estratégias de sucesso que foram sendo implementadas ao nível das organizações e de cada profissional.

Reforçar a intervenção em mediação intercultural

Em Almada não existe nenhuma tradição de projetos de mediação. Sendo esta uma das estratégias mais desenvolvidas e com resultados visíveis no trabalho com as comunidades ciganas, foi natural que nas sessões de construção do PLICC esta dimensão tenha aparecido de uma forma transversal nas discussões como meio de poder introduzir mudanças em várias áreas.

Na opinião das associações representativas de pessoas ciganas este será o meio privilegiado para conseguir construir relações e pontes entre as comunidades. A área que foi considerada prioritária pela generalidade dos atores presentes enquanto espaço de atuação da mediação intercultural foi a educação, uma vez que esta será a via privilegiada de empoderamento das pessoas ciganas e que poderá conduzir a mudanças nas outras áreas.

Apesar deste aparente consenso em torno das questões da mediação, tornou-se claro que existem entendimentos diferenciados relativamente àquilo que é entendido por mediação intercultural. Se para uns a mediação é entendida enquanto ferramenta de empoderamento e de construção de relações interculturais, para outros os mediadores funcionam como elementos que facilitam o acesso aos serviços, outros ainda ligam o trabalho da mediação à mediação de conflitos. Ou seja, parece claro que para o desenvolvimento de um projeto municipal de mediação intercultural terá primeiramente de existir um trabalho de informação / formação a todos os intervenientes sobre a mediação intercultural, de forma a não criar expectativas num projeto que depois não se concretizam.

Será importante referir que existem elementos das associações da comunidade cigana que já frequentaram ou estão a frequentar formação como mediadores interculturais, o que poderá ser uma potencialidade a ter em conta nas medidas a definir no plano.

Garantir condições efetivas de acesso à educação sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas

A dimensão da educação foi claramente a mais debatida e aquela que foi considerada unanimemente como a mais importante impulsionadora de mudanças dentro da comunidade cigana nomeadamente quanto ao acesso ao emprego, ao poder de cidadania e político.

Se por um lado é clara a falta de qualificação da maioria das pessoas ciganas por outro lado não parece existir da parte de algumas entidades educativas uma preparação para a diversidade e interculturalidade.

Foram vários os exemplos relatados pelos participantes nas sessões de situações em que a escola não foi inclusiva mas também de situações em que do lado das pessoas ciganas não houve vontade de dialogar com a escola. Em algumas escolas existem situações de crianças de etnia cigana deslocada dos restantes alunos. Em algumas comunidades ciganas existem raparigas que não prosseguem os seus estudos.

Mais uma vez, as associações ciganas reforçaram a importância de se evitar a generalização e de que o cenário atual é de mudança no que diz respeito ao olhar que a comunidade cigana tem sobre a educação, nomeadamente das raparigas e que é cada vez mais o número de meninas que prossegue os estudos. Estes casos deveriam ser mais valorizados por toda a sociedade.

Foram relatadas boas práticas em escolas do concelho nas quais foram implementadas estratégias que apoiaram as crianças ciganas na integração em sala de aula, sem as retirar do espaço comum, com resultados positivos na motivação das crianças para a escola e no estabelecimento de relações de confiança entre escola e família.

Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional

O problema da inserção profissional das pessoas ciganas é um dos principais obstáculos para a sua plena integração e autonomização, conduzindo a uma dependência crescente das medidas de política social. Este problema tem-se agravado e conduzindo a situações de grave carência económica, resultado da redução da venda ambulante enquanto atividade economicamente remunerada. A concorrência com o comércio, nomeadamente asiático, tem conduzido a uma situação em que a venda ambulante deixou de assegurar o rendimento necessário à família.

As alternativas são reduzidas: face a qualificações baixas mas fundamentalmente devido à discriminação transversal sobre as pessoas ciganas que se verifica na sociedade portuguesa torna-se muito difícil o acesso ao mercado de trabalho.

A questão da educação de adultos e da formação profissional, que poderia constituir uma solução para estas situações acaba por não trazer grandes impactos e resultados por diversos motivos, que foram partilhados pelos intervenientes das sessões:

- descontinuidade na frequência das ações de formação, que pode estar associada a fatores como a desmotivação para a aprendizagem ou dificuldade de conciliação da vida pessoal com a formação;
- desadequação da oferta formativa face às expectativas das pessoas;
- desadequação das metodologias utilizadas ao público em causa

No Concelho de Almada existem duas entidades que asseguram ações de educação de adultos, nas quais as pessoas ciganas são integradas: o Centro Qualifica da Escola Secundária Cacilhas Tejo e a Santa Casa da Misericórdia de Almada, através da disponibilização de cursos EFA de diferentes níveis. O Centro de Emprego de Almada encaminha também pessoas para ações de formação profissional no Centro de Formação Profissional do Seixal, uma vez que Almada não tem centro de formação próprio.

Garantir as condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas

O acesso à habitação constitui um direito básico que ainda não se encontra assegurado a todos, sendo que em Almada permanecem situações de comunidades ciganas a residir em bairros degradados de barracas. No entanto, tal como referido na primeira parte do diagnóstico, Almada apresenta uma percentagem significativa de pessoas ciganas a residir em habitação social, enquadrada em diferentes bairros dispersos pelo Concelho.

Apesar deste retrato, todas as pessoas ciganas que não residem em habitação social ou que pretendem autonomizar-se de seus pais encontram barreiras no acesso a uma habitação arrendada, não só pela questão monetária, mas principalmente pelo preconceito existente, sendo lhes negado frequentemente o aluguer no mercado privado, sem alternativas possíveis.

A questão do acesso das pessoas ciganas à habitação, nomeadamente de natureza social acaba por ser um elemento de tensão para o município, que face a recursos limitados tem de fazer uma gestão que é difícil face às diferentes solicitações e perante o facto de que a discriminação que as pessoas ciganas sofrem as coloca numa posição de vulnerabilidade acrescida neste âmbito.

Outro dos aspetos ficados foi a integração da comunidade cigana na restante comunidade residente em bairros de habitação social: as questões da convivência, do cuidado, do espaço público, da ausência de espaços mais direcionados para o tempo lúdico ou recreativo em que todos pudessem relacionar-se positivamente, fomentando relações de vizinhança.

Encontra-se em fase de construção o Plano Local de Habitação do município de Almada, momento que poderá constituir-se como uma oportunidade de reflexão acerca dos problemas que permanecem no acesso das pessoas ciganas a uma habitação e de que forma o município poderá prever respostas para este problema.

Garantir condições efetivas de ganhos em saúde ao longo dos ciclos de vida de pessoas ciganas

O acesso à saúde foi considerado pelos presentes como um aspeto positivo, no sentido em que não foram identificados obstáculos ou dificuldades em ter acesso a cuidados de saúde, quer primários, quer hospitalares.

Aliás, a saúde foi considerada como uma área exemplo em que as relações de proximidade e de confiança têm permitido que mais famílias tenham acesso a cuidados médicos e adesão a terapêuticas. Já não foi tão claro o impacto desta relação de proximidade na promoção de comportamentos saudáveis, de prevenção de doenças, que é um dos aspetos mais importantes de trabalhar nas comunidades ciganas, face à esperança de vida menor que apresentam.

Análise SWOT relativa ao diagnóstico

<p>Forças</p> <p>Nº de associações representativas das comunidades ciganas (4)</p> <p>Nº de famílias ciganas com resposta habitacional pública</p> <p>Nº elevado de crianças a frequentar a escola no 1º e 2º ciclo</p> <p>Nº significativo de jovens rapazes a frequentar secundário (com tendência para aumentar)</p> <p>Acesso aos cuidados de saúde primários</p>	<p>Fraquezas</p> <p>Existência de apenas 1 Programa Escolhas, não havendo continuidade do trabalho já existente de 2 programas escolhas (Monte da Caparica e Costa de Caparica).</p> <p>Famílias ciganas ainda a residir em bairros degradados</p> <p>Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho</p> <p>Permanência de preconceitos face às comunidades ciganas</p> <p>Dificuldade acesso ao mercado privado de habitação (nomeadamente arrendamento)</p> <p>Desadequação do formato da oferta formativa</p> <p>Ausência de comportamentos preventivos da saúde</p> <p>Muitas raparigas permanecem fora do sistema escolar a partir do 2º ciclo</p>
<p>Oportunidades</p> <p>Linhas de financiamento da ENICC e de outras medidas de política pública</p> <p>Futura Estratégia Local de Habitação</p> <p>Momento atual que se vive dentro das comunidades ciganas de mudança</p> <p>Nova perspetiva face à educação por parte de algumas comunidades ciganas</p> <p>Projeto de mediação</p> <p>Recursos da CMA</p>	<p>Ameaças</p> <p>Futura Estratégia Local de Habitação</p> <p>Permanência preconceito</p> <p>Descontinuidade intervenção</p>

4. Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas de Almada

4.1 Dimensão Estratégica

Visão do Futuro

O PLICC deverá ao longo da sua vigência e das suas revisões/renovações permitir atingir as dimensões transversais da visão de futuro, devendo os Objetivos Estratégicos de cada Área do PLICC concorrer para elas:

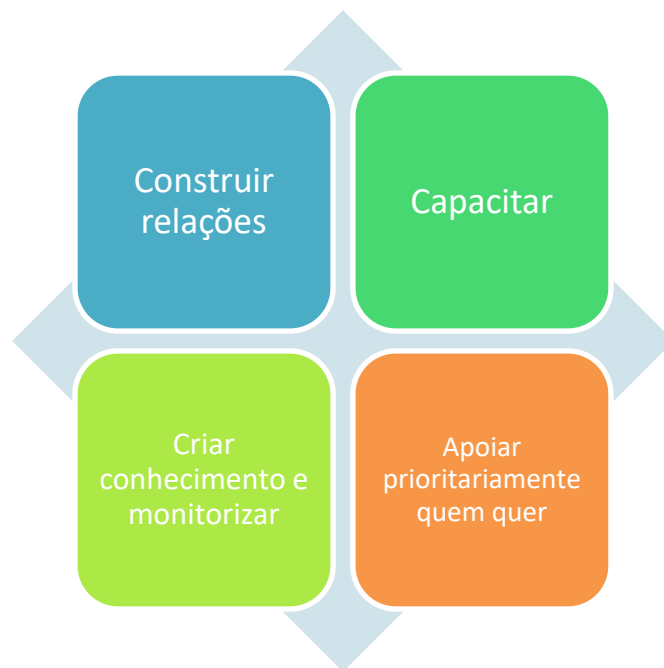
- A interculturalidade e inclusão como paradigma do relacionamento do estado central e local com as comunidades ciganas, promovendo soluções que facilitem e induzam as relações interétnicas (considerando os Lusos brancos como grupo étnico) de proximidade afetiva
- Reconhecimento da diversidade interna à étnica cigana, composta por comunidades ciganas na sua pluralidade.

De seguida irão ser apresentadas as estratégias macro de intervenção a 2 anos, decorrentes do diagnóstico realizado e concorrentes para as políticas nacionais previstas na Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas e políticas locais previstas no Plano de Desenvolvimento Social de Almada (PDS).

Objetivos estratégicos transversais

- Facilitar a existência de relações interétnicas e proximidade.
- Promover o reconhecimento da diversidade interna das pessoas de etnia cigana.
- Capacitar como estratégia de acesso à cidadania e poder cívico da etnia cigana.
- Apoiar prioritariamente as pessoas e famílias que querem mudar.
- Desenvolver conhecimento sobre a situação.
- Capacitar e apoiar o empoderamento das mulheres ciganas numa perspetiva de igualdade entre homens e mulheres
- Criar condições de governação integrada, com envolvimento e colaboração entre os vários atores “Stakeholders”, no diagnóstico, planeamento e monitorização.

Destes objetivos ressaltam as estratégias de intervenção local que saíram das sessões de construção do PLICC e que podem ser enquadradas em 4 tipologias chave:



1. Construção de relações e de proximidade afetiva

1.1 A criação de condições físicas que proporcionem a construção de relações interculturais, de inclusão

É necessário investir na criação de condições físicas e subjetivas que proporcionem a interação entre as pessoas e o estabelecimento de relações positivas, que levem à desconstrução de estereótipos. Ou seja, os espaços devem permitir as sociabilidades e as trocas sociais entre grupos, que sem estas condições base serão mais improváveis. Estamos por exemplo a falar da importância do espaço público e do espaço habitacional poderem ser inclusivos e não segregativos; da importância da escola enquanto espaço de troca de conhecimentos e saberes entre todos. O convívio intercultural permite o chegar ao outro que muitas vezes é desconhecido, permite entender códigos culturais diferentes que frequentemente se tornam barreiras à relação.

1.2 A proximidade afetiva e a empatia como ferramenta para a inclusão.

Para além das condições físicas, é essencial que as relações criadas sejam relações de natureza afetiva e empática, uma vez que estes são os principais veículos condutores a relações de confiança. Por norma, uma relação afetiva positiva tem uma dimensão de reciprocidade no outro, permitindo assim uma base de comunicação com o outro, de aceitação e de conhecimento.

As formas de fazer, metodologias e processos, devem ter uma função de criação de condições para que estas relações de afetividade e empatia se construam, criando condições favoráveis às pessoas para se poderem juntar umas às outras.

Caso paradigmático desta necessidade de construção de relações afetivas é o contexto Escola - **a não existência de uma relação de empatia torna mais difícil a aproximação às famílias / crianças**; No diagnóstico ficaram patentes exemplos de como a existência desta relação facilita

a adesão das crianças a um contexto considerado frequentemente estranho e ameaçador. Na escola tentar perceber a diferença e enquadramento.

1.3 Gerar confiança e vontade de mudar

A criação destas relações de confiança são um primeiro patamar que apenas terá continuidade se desta relação de confiança nascerem compromissos e mudanças. E estas mudanças devem mais uma vez ter uma natureza de reciprocidade, ou seja, terá de haver um movimento por parte da sociedade maioritária mas também por parte da comunidade cigana. Estas mudanças ocorrem num quadro de respeito mútuo pelos valores e quadros de referência de cada um. Neste sentido, terão de ser criados espaços de diálogo em que todos poderão participar e ter voz, de forma igualitária.

1.4 Não destruir a confiança

É importante neste processo assegurar uma continuidade no investimento e manter vivo o compromisso estabelecido entre todos, através da concretização e da realização. Neste sentido será importante assegurar que o plano não se encontra baseado em demasiadas externalidades, que localmente são difíceis de controlar e que podem por em causa a confiança construída. Por outro lado será fundamental que a participação de todos os atores seja efetiva e que se baseia numa dimensão colaborativa.

2 – Capacitação, Poder e os caminhos trilhados pelas mulheres

2.1 Ter capacitação como estratégia de acesso à cidadania e poder cívico da comunidade cigana

A qualificação das pessoas ciganas é um imperativo, tendo em vista o seu empoderamento. Conhecer é poder. O acesso à educação permite o acesso a toda uma série de dimensões do domínio dos direitos e acesso a um espaço político na sociedade / cidade: “posso perceber os meus direitos e igualar com deveres. Exigir com qualificação e igualdade os nossos direitos e deveres”.

Comunidades empoderadas podem aspirar a ser valorizadas e a ser respeitadas na sua cultura. Ou seja, o processo de empoderamento deve partir daquilo que são as suas diferenças e características identitárias.

O reforço da educação desde cedo deverá ser uma dimensão a priorizar, no sentido de aumentar progressivamente a qualificação das pessoas ciganas. Este é já um movimento que se iniciou no seio das comunidades ciganas mas deve continuar a ser reforçado pelos diferentes atores sociais, com estratégias diversificadas e adaptadas ao nível etário em causa.

2.2 Ter capacitação como estratégia de acesso ao mercado de trabalho

No cenário anteriormente descrito de quebra acentuada do principal contexto de empregabilidade da comunidade cigana – a venda ambulante – a questão do aumento das qualificações torna-se ainda mais central uma vez que poderá tornar-se na principal estratégia no acesso ao mercado de trabalho. Será importante que neste trabalho de capacitação se explorem abordagens alternativas a nível pedagógico, baseadas na auto-descoberta de

competência e talentos individuais que possam funcionar como alternativas de percursos profissionais, que conduzam à auto-realização e sustento das pessoas.

2.3 Ter capacitação para ser parceiros efetivos na construção de respostas

A capacitação também deve passar pelo movimento associativo, no sentido de criar condições para terem um papel ativo e igualitários junto das outras entidades da rede social que disponibilizam respostas ou projetos direccionados para a comunidade cigana: deixarem de ser meramente destinatários ou parceiros informais para serem parceiros formais, promotores de projetos.

2.4 Ter capacitação como estratégia de igualdade de género

As mulheres constituem um dos grupos prioritários no que diz respeito ao seu empoderamento, até pelo papel mais frágil e mais vulnerável, fruto do pouco investimento tradicional na educação das mulheres ciganas, que desde cedo têm de assumir um papel de mulher e mãe. Aliás, assiste-se atualmente a um tempo de emancipação das mulheres ciganas mas é preciso dar tempo a este processo e continuar a apoiar e investir.

3. Apoiar prioritariamente as pessoas e famílias que querem mudar

Num cenário de uma comunidade que, sendo alvo de discriminação e exclusão desde sempre, se tem caracterizado por um fechamento e manutenção de tradições culturais como estratégia de sobrevivência, esperar que possa ocorrer uma mudança transversal a todos os elementos da comunidade durante o período de um plano local será um equívoco.

O tempo é uma dimensão fundamental a ter em conta neste processo e a aposta / investimento em elementos que possam iniciar movimentos de mudança (não rutura) poderá produzir processos de influência em mancha no resto da comunidade. Estes pares, que acabam por funcionar como modelos, devem ser apoiados de forma prioritária e valorizados perante toda a sociedade, pois funcionam como elementos desconstrutores de preconceitos. São exemplos de como se podem conciliar diversas dimensões: ser cigano e ter uma profissão, ser cigano e ter um curso superior, etc.

4 – Criação de conhecimento sobre a situação e criar condições de monitorização

Com a criação do plano deverá ser criada uma parceria efetiva local para a sua implementação, parceria essa que tenha uma visão coletiva e um propósito comum, que funcione como uma equipa, numa base colaborativa. Esta parceria acaba por efetivar a dimensão do poder partilhado e igualitário entre os atores e funciona também como meio de capacitação dos intervenientes. É fundamental que os projetos sejam construídos e monitorizados por todos os atores que partilham a realidade no terreno (incluindo a autarquia). A produção de conhecimento acerca da realidade de Almada será outro dos objetivos deste grupo, de forma a fundamentar futuras estratégias locais.

4.2 Dimensão Operacional

ÁREAS ESTRATÉGICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS / GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS / OPERACIONAIS	MEDIDAS	
Cidadania Inclusiva e de não discriminação	Promover localmente a desconstrução de preconceitos face às pessoas ciganas	Aumentar a visibilidade das comunidades ciganas nos meios de comunicação locais	Edição em meios de comunicação local de artigos e notícias visando a desconstrução de estereótipos sobre pessoas ciganas.	
		Promover campanhas de natureza municipal que promovam o combate à discriminação	Promoção de campanhas de combate à discriminação com identificação de pessoas ciganas “role-model”, jovens e adultas. Promoção de campanhas de desconstrução da “estereotipia” de anticiganismo direcionada às comunidades não ciganas (hipótese de reproduzir campanhas da fundação Secretariado Gitano)	
		Formar profissionais de entidades com intervenção local acerca da história e cultura ciganas	Formação a profissionais de entidades com intervenção local	
	Apoiar o associativismo e ativismo dentro das comunidades ciganas	Capacitar as ARPC		Formação dirigida a membros de ARPC
				Criação de gabinete municipal de apoio às associações com especialização no apoio às ARPC e no domínio da IMH.
		Promover a participação cívica, política e cultural e do voluntariado de jovens de etnia cigana	Apoiar a participação de jovens de etnia cigana em atividades de voluntariado nomeadamente do programa Agora Nós do IPDJ.	
		Capacitar os serviços municipais	Criar um Grupo de Trabalho intra-municipal para desenvolver um processo criativo de conceção de atividades facilitadoras da inclusão das pessoas da etnia cigana (nomeadamente atividades ligadas à cultura) com recursos internos ao município.	
Mediação Intercultural	Aproximar comunidades ciganas e não ciganas	Facilitar a inserção social e profissional	Criar um projeto de mediação intercultural municipal	
Igualdade entre homens e mulheres	Aumentar a igualdade das mulheres ciganas na sua comunidade	Pensar formas de promoção da igualdade entre mulheres e homens ciganos	Promover o projeto “Círculos de fala” entre mulheres ciganas e não ciganas.	
			Criar um grupo de trabalho entre associações de mulheres ciganas e associações dos Direitos das mulheres e município	
			Promover a participação de mulheres ciganas das associações e mediadoras do concelho de Almada em ações de formação sobre IMH no âmbito do PAAC e FAPE	

Educação	Aumentar a capacidade de literacia educativa da comunidade cigana sobretudo das suas crianças e jovens	Formação de Agentes Educativos prevista na ENICC para 2020. Sua divulgação e incentivo à Participação (CFAE/MPMA/ACM)	Garantir a aplicação da educação inclusiva para as crianças ciganas (Dec. Lei 54/2018)
			Aplicar o kit pedagógico Romano Atmo ou outros recursos pedagógicos em escolas do Concelho
			Propor a realização no concelho de Almada de sessão de trabalho de apropriação do Guião “Promover a inclusão e o sucesso educativo das comunidades ciganas”
			Realizar no concelho de Almada uma ação de formação certificada para pessoal docente e ação de formação para pessoal não docente, sobre inclusão escolar de pessoas ciganas
		Capacitação de educadoras e educadores, docentes e não docentes sobre cultura e história da etnia cigana.	Promover ações de formação a educadores, docentes e pessoal não docente sobre cultura e história ciganas
			Divulgar junto das escolas informação e documentos, nomeadamente pedagógicos editados sobre a inclusão das crianças e jovens ciganos na escola e seu progresso após escolaridade obrigatória.
		Conhecer as práticas das escolas de Almada, partilha entre escolas, partilha com escolas fora do Concelho	Criar programa de reforço de conhecimento e partilha de práticas de inclusão de crianças e jovens ciganas nas escolas, dentro e fora do concelho
			Promover ações de sensibilização das famílias da etnia cigana que promovam a valorização da educação como uma condição para a inclusão socioprofissional.
			Criar o projeto “Um dia na escola” com o objetivo de integrar e dar a conhecer às famílias e crianças de etnia cigana as dinâmicas e atores intervenientes nas escolas (docentes, não docentes, espaços, regras) ou Criar o projeto “Um dia de escola aberta” em que as famílias e crianças são convidadas a visitar a escola, com o objetivo de dar a conhecer as dinâmicas e atores intervenientes nas escolas (docentes, não docentes, espaços, regras). Sensibilização e reforço do convite às famílias de etnia cigana.

			<p>Criar um programa de apoio tutorial a família/jovens ciganos e ciganas do 2º e 3º ciclo de escolaridade</p>
			<p>Criar um programa de apoio/impulso para jovens ciganos de Almada terem condições de concorrer ao OPRE, para o ensino secundário e superior.</p>
		<p>Promover oficinas de troca de práticas/metodologias e desenvolvimento de competências entre programas/projetos que visam a alfabetização, literacia e competências básicas qualificantes entre profissionais e ativistas de Centros Qualifica, associações de pessoas ciganas, escolas e organizações da sociedade civil, ensino superior, com o objetivo de melhorar práticas e promover a sensibilização de pessoas da comunidade cigana.</p>	<p>Promover oficinas de troca de práticas de projetos de educação de adultos</p>
			<p>Promover ofertas formativas de alfabetização, literacia e competências básicas qualificantes de mulheres ciganas</p>
			<p>Acompanhar as medidas ministeriais sobre monitorização e acompanhamento das crianças e jovens ciganas e ciganos no sistema educativo e sua aplicação no concelho de Almada.</p>
			<p>Acompanhar a intervenção junto de crianças e jovens ciganas/os por parte de projetos/programas de combate ao abandono /insucesso escolar (nomeadamente promovidos pelas escolas, CM, CPCJ e programa Escolhas)</p>
<p>Emprego</p>	<p>Aumentar a inserção profissional de jovens e adultos ciganos H/M no mercado de trabalho</p>	<p>Utilizar medidas de discriminação positiva como catalisadoras da promoção da empregabilidade de pessoas ciganas</p>	<p>Criar e capacitar pontos focais no centro de emprego e centro qualifica sobre cultura e história da etnia cigana.</p>
			<p>Promover processos de reconhecimento e certificação de competências e qualificação de pessoas adultas da etnia cigana.</p>
			<p>Promover o acesso a programas e ações de formação profissional qualificantes, direcionadas a diferentes níveis de escolaridade incluindo nível 1, que deem acesso a bolsa, realizadas no concelho de Almada em articulação com o Centro de Formação Profissional do Seixal;</p>
			<p>Promover projetos de formação pedagógicos alternativos com reforço da componente artística.</p>
			<p>Promover um projeto de incentivo às empresas para empregar pessoas de etnia cigana</p>

			Integrar associações e pessoas ciganas em apoios de capacitação e financiamento ao empreendedorismo (DLBC, Microcrédito, Medidas do IEF - Emprego Jovem Ativo, Programa Investe Jovem, Contrato Emprego Inserção +, Medida estágio Profissional)
			Criar grupo de trabalho municipal de discussão acerca das medidas de qualificação dos mercados em Almada
Habituação	Avaliar as especificidades das questões da habitação face à cultura cigana.	Garantir a aplicação de novas práticas na habitação social	Criar e capacitar pontos focais na autarquia sobre cultura e história da etnia cigana
			Contemplar as questões da comunidade cigana na próxima estratégia local de habitação.
Saúde	Aumentar os níveis de saúde das comunidades ciganas presentes no concelho	Direcionar a intervenção para a promoção da saúde em grupos específicos	Criar e capacitar pontos focais (interlocutoras/es) nos centros de saúde e hospital sobre cultura e história da etnia cigana.
			Realizar ações de informação/sensibilização sobre literacia em saúde nas comunidades ciganas
			Realizar oficinas temáticas entre profissionais de saúde e associações comunidade cigana, no ACES Almada Seixal, com o objetivo de promover conhecimento e relações empáticas entre profissionais de saúde e as comunidades ciganas.
			Promover Iniciativas junto de pessoas ciganas para a promoção do recurso a cuidados de saúde

3.3 Modelo de Monitorização e Avaliação

A Monitorização do Plano será realizada no âmbito do grupo de parceria local que será criado e prevê-se que contenha diferentes dimensões.

Por um lado, prevê-se um acompanhamento permanente relativo à aplicação das medidas, utilizando diferentes abordagens, todas elas com uma forte componente participativa das comunidades ciganas, dando continuidade à dinâmica que já foi criada no território na fase de criação deste PLICC:

- Análise documental
- Reuniões com parceiros

- Fóruns locais de Discussão

Estas avaliações darão lugar à produção de “reports” regulares, que darão conta da concretização do plano e que serão divulgados utilizando diversos meios de comunicação.

Avaliar a satisfação dos destinatários das ações e das respostas criadas será também função dos membros do grupo local, através da implementação de um sistema de auditorias comunitárias a estas respostas, de forma a introduzir mudanças perante o diagnóstico realizado.

A implementação de um Observatório Local sobre as Comunidades Ciganas será outro objetivo no âmbito da ação do grupo local, de forma a manter o diagnóstico atualizado e apoiar a revisão deste plano para uma nova proposta.

O PLICC de Almada deverá ser revisto no final de 2020 e a partir daí será revisto anualmente no final de cada ano civil.

3.4 Acompanhamento e Modelo de Governação

Com a função de acompanhar e monitorizar todo o processo de implementação do PLICC prevê-se a constituição de um grupo de parceria local, na continuidade do grupo que esteve envolvido na construção do PLICC, que terá as seguintes atribuições:

- Monitorizar e avaliar as medidas que constam do plano, com possibilidade de fazer propostas de alteração ao mesmo;
- Discutir temas ligados à temática das comunidades ciganas no local, em termos de integração e contribuir para um melhor conhecimento destas comunidades;
- Garantir a participação das comunidades ciganas nas políticas locais, nas diferentes vertentes;
- Promover a articulação entre parceiros locais, incluindo a administração central e local, instituições e empresas;
- Contribuir para a divulgação do plano e da respetiva implementação, a nível local, seja junto da opinião pública, seja dos profissionais das diferentes organizações.

Integram esta estrutura as seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Almada;
- Representantes do Estado Central: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Segurança Social, ACES Almada Seixal, Agrupamentos de escola
- Representantes de IPSS / ONG's / Associações;
- Associações Representativas das Comunidades Ciganas;

Poderão vir a integrar este grupo outras entidades que demonstrem interesse em estar envolvidas na implementação do PLICC de Almada.

A articulação com a Rede Social será operacionalizada através do envio de reports regulares aos membros do CLASA, através da apresentação de resultados no núcleo executivo e em plenário do CLASA.

Enquadramento das medidas do PLICC no Plano de Desenvolvimento Social de Almada

A intervenção junto das comunidades ciganas encontra-se enquadrada no Plano de Desenvolvimento Social de Almada 2018-2021 no Eixo 3 (Direitos e Cidadania), na área dos Imigrantes, Minorias e Refugiados. Encontra-se previsto o objetivo estratégico 7.2 **“Construir e desenvolver, com o envolvimento das associações representantes, uma estratégia de integração e promoção das comunidades ciganas residentes no concelho de Almada”**. O resultado esperado até 2021 é “Promover a intervenção local e a participação democrática das comunidades ciganas e promover parcerias para desenvolver estratégias de aproximação entre as comunidades ciganas e a sociedade maioritária”.

5. Referências Bibliográficas e Eletrónicas

Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal (IHRU, 2013)

Caracterização das Famílias Ciganas do Concelho de Almada - RSI e Ação Social (NLI Almada, 2008)

Levantamento da Divisão de Habitação da CMA, (CMA, 2019)

Mendes, M., Magano, O. & Candeias, P. (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*. Lisboa: Observatório das Comunidades Ciganas.

Diagnóstico Social da Comunidade Cigana residente no PIA, (SCMA 2000)

Perfil Escolar da Comunidade Cigana 2016/2017, (DGEEC, 2019)